

ESCOLA E TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS SUAS FUNÇÕES SOCIAIS NA VIDA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Beatriz Souza Lima de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
oliveirabsl@yahoo.com.br

Resumo: O artigo apresenta a pesquisa de Mestrado em Educação que busca aproximar as discussões entre os desafios e demandas da Educação de Adultos na Contemporaneidade, revelando um pouco a vida das trabalhadoras domésticas, a difícil relação entre trabalho e escola que permeia suas trajetórias e as possibilidades de ascensão social que enxergam através do retorno à escola para trazer a reflexão sobre a necessidade de transformação do papel social que a escola e o trabalho vêm exercendo no cotidiano das trabalhadoras domésticas. Conceituando e contextualizando o trabalho doméstico no Brasil, busca-se através deste trabalho comprovar a necessidade de inserção na escola dos saberes e experiências de mulheres e homens trabalhadores que recorrem aos bancos escolares na tentativa de ultrapassar o círculo da exclusão social.

Palavras-chaves: trabalho doméstico; inclusão social, Educação de Jovens e Adultos

RÉSUMÉ: À partir de quelques supports théoriques de la recherche menée dans le cadre du *Mestrado* en Éducation, ce travail essaie de mettre en relief les défis et les exigences de l'Éducation d'Adultes dans la contemporanéité et ce faisant cherche aussi à révéler un peu de la vie des travailleuses domestiques, la difficile relation entre travail et école, leur trajectoires dans la vie sociale et les possibilités de mobilité sociale laquelle est vue par ces femmes comme n'étant possible qu'après le retour à la salle de classe, donc à l'école. A partir de supports théoriques permettant conceptualiser et contextualiser le travail domestique au Brésil, on cherchera de montrer le besoin d'insertion sociale dans l'école des savoirs et des expériences de travailleuses et de travailleurs qui voient l'école comme le seul moyen de dépasser le cercle de l'exclusion sociale

Mots-Clés: travaile domestique; inclusion sociale; Éducation de Jeunves et d'Adultes

ESCOLA E TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS SUAS FUNÇÕES SOCIAIS NA VIDA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida para a sua ação.

Insista-se, um ponto de partida e não de chegada.

(PAULO FREIRE)

Para aprofundar a reflexão sobre esta problemática da pesquisa em andamento no Mestrado e que, teve seu início no Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Pedagogia, é preciso conceituar e contextualizar o lugar social do trabalho doméstico na sociedade brasileira, bem como os sujeitos que historicamente o compõem.

O conceito de serviço doméstico é bastante amplo, visto que o trabalho doméstico é exercido indistintamente por quaisquer pessoas que atuam no ambiente da casa, na prática das tarefas domésticas. Assim sendo, o trabalho doméstico seria desempenhado desde diaristas, lavadeiras, cozinheiras, até mesmo as donas de casa. Entretanto, o que caracteriza efetivamente as empregadas domésticas é o perfil da maioria das pessoas que compõem o trabalho doméstico, assim como o caráter de subalternidade presente nele:

Uma empregada doméstica é definida não tanto pela natureza do trabalho que executa, já que este é visto como prioritariamente feminino e, portanto, estendido a todas as mulheres indistintamente, quer patroas, quer empregadas, mas principalmente pelo caráter de subordinação e pelas estratégias de controle e exploração que se dão ao nível das inter-relações cotidianas. O serviço doméstico, quando exercido pela empregada, assume matizes ideológicos e econômicos diferentes do trabalho realizado pela própria dona de casa. (SANCHES, 1998, p. 32)

O trabalho doméstico revela um conjunto de desigualdades e subalternidade vivido geralmente e secularmente por mulheres que possuem um *rosto comum*: são pobres, negras, com pouca ou nenhuma escolaridade. Este perfil das empregadas

domésticas permaneceu quase estagnado, desde os primeiros censos realizados no século oitocentista, comoveremos adiante.

Além do caráter de subalternidade do trabalho doméstico, outro fator que o distingue é o rosto comum de grande parte das trabalhadoras domésticas: mulheres, pobres negras, com baixo índice de escolaridade. Citando o pensamento de Gonçalves, para afirmar que, o que mais espanta na realidade social das mulheres negras não é tanto ao se comparar brancos(as) e negros(as), percebendo a disparidade, mas sim comparando a população negra do Brasil atualmente com a população negra de séculos atrás, percebendo a estagnação do lugar social de negros e negras (2006: p.38)

E com o trabalho doméstico não poderia ser diferente. Pesquisas realizadas através dos jornais e demais fontes escritas do século XIX demonstram o perfil das trabalhadoras domésticas desde então. Comparemos, portanto, a situação das mulheres negras de gerações recentes com mulheres de gerações mais remotas e perceberemos que o trabalho doméstico aparece como uma atividade exercida histórica e majoritariamente pela parcela negra feminina. Apesar de escassas, existem importantes produções cujos dados comprovam a alarmante presença negra feminina no trabalho doméstico desde a sociedade escravista. Como afirma Cecília Soares, as mulheres negras do período oitocentista estavam divididas majoritariamente entre o serviço doméstico e o ganho; às mulheres africanas, eram designadas atividades no comércio, no ganho de rua, enquanto negras nascidas no Brasil eram as mais tidas como mais aptas para o trabalho na casa:

Com efeito, um censo dos escravos da freguesia de Santana, em 1849, indica que, independente de serem crioulas ou africanas, as escravas estavam concentradas em mais de 65% no serviço doméstico.(...) O fato de as crioulas se dedicarem mais ao serviço doméstico indica uma preferência por elas nessas ocupações. Mas isso pode ter sido, não porque se tratasse de superioridade étnico-cultural, mas pelo processo normal de socialização das aqui nascidas, que lhes treinou melhor para servir mais de perto aos senhores (2006: p.38-39)

Isto vem indicar que o trabalho doméstico, mesmo sendo considerado uma atividade sem prestígio social, designado apenas à população pobre e negra em geral, ainda existia uma forma marcante de discriminação, pois dentre as mulheres negras da época, as crioulas eram mais procuradas para o trabalho no interior da casa, preterindo-

se as africanas, não só pela proximidade cultural já que eram nascidas no Brasil, “protegendo” o ambiente doméstico dos aspectos civilizatórios que poderiam ser trazidos pelas mulheres africanas.

É importante ressaltar este aspecto histórico do trabalho doméstico para mostrar que o contexto de desigualdades, opressão e subalternidade vivido pelas mulheres negras na contemporaneidade ainda não sofreu muitas alterações. Ainda hoje grande parte das mulheres negras vive na vulnerabilidade do trabalho doméstico. Estudos feitos pela Organização Internacional do Trabalho confirmam a grande parcela de mulheres negras atuando neste tipo de serviço:

O trabalho doméstico aparece em destaque, em separado dos outros assalariados, em razão de sua situação absolutamente particular. Em primeiro lugar, devido ao seu peso quantitativo em termos do total da ocupação feminina no país. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2001) ele representa 18,2% do total da ocupação feminina no Brasil, o que corresponde, em termos numéricos, a 6 milhões de pessoas. Desagregando essa cifra por raça/cor, vemos que esse peso é ainda mais acentuado no caso das mulheres negras: 23,9% (ou seja: **de cada 100 mulheres ocupadas no Brasil aproximadamente 4 são empregadas domésticas**). No caso das mulheres não-negras o peso do emprego doméstico corresponde a 14,1% do total da sua ocupação. (2005, p.3)

Além da maioria feminina negra, o trabalho doméstico se destaca nesse breve retrospecto através da insegurança social: grande parte das trabalhadoras não possui carteira de trabalho assinada, a conquista de direitos trabalhistas como férias, fundo de garantia, etc., só foi efetivada há poucos anos, diferente das outras categorias. Estas estatísticas, atrelados aos dados revelados por Soares anteriormente, trazem à tona a estagnação da situação sócio-econômica da população pobre do país. Esta situação de opressão e exploração é vivida por toda a classe trabalhadora, em especial as mulheres negras que estão na base da pirâmide social diante da carência de seguridade social que o trabalho doméstico.

Dessa forma, o trabalho doméstico é entendido ora como mais um instrumento de satisfação das necessidades humanas, do ponto de vista da trabalhadora doméstica diante da sua condição de pobreza e opressão, ora visto como mais um mecanismo de exploração destes que já são oprimidos. Em outras palavras, podemos perceber que o

próprio trabalho doméstico configura-se enquanto a principal saída para a condição de pobreza das mulheres negras, mas ao mesmo tempo acentua a desigualdade destes sujeitos, pela pouca seguridade social e escolaridade.

Os altos índices de analfabetismo e de baixo nível de escolarização refletem a condição de pobreza da população negra e o afastamento contínuo do exercício da cidadania por parte dos sujeitos não-letrados.

Os reflexos da tripla discriminação (raça, gênero e classe social) contra as mulheres negras encontram-se nos elevados índices de analfabetismo ou até de evasão dos bancos escolares, antes mesmo de completarem o ensino fundamental. Segundo Benilda Paiva de Brito (1997), mais da metade da população negra feminina não conclui o antigo primário, formando um contingente de analfabetas ou de baixo nível de instrução, que normalmente são empregadas domésticas ou exercem funções similares, também consideradas subalternas (p.21). Porém, deve-se analisar esse quadro de baixa instrução desses sujeitos como conseqüências de outros fatores, como por exemplo, a inserção precoce no mercado de trabalho, uma vez que a população negra já começa a fazer parte da PEA (População Economicamente Ativa) a partir dos dez anos de idade e que esta é uma realidade, principalmente para a parcela feminina deste segmento.

A necessidade de trabalhar, ajudar no sustento da família empurra meninas negras para a exploração da sua mão-de-obra no serviço doméstico, como ocorreu com Laudelina, uma das colaboradas da pesquisa, que relata como começou a ajudar a família junto com os irmãos na lavoura aos cinco anos de idade. Em seu discurso, deixa transparecer que sua condição de empregada doméstica se deve ao fato de ter sido privada dos estudos logo cedo¹.

Você começou a trabalhar com quantos anos?

— Com cinco. Pai botava nós [ela e os irmãos] tudo pra trabalhar na lavoura e na casa de farinha. A gente acordava 3h da manhã pra ir pra roça. [...]

[E nessa época, quando você trabalhava com teu pai, você estudava?]

— A gente estudava um tempo e depois parava. Quando voltava tinha que repetir tudo de novo. [...] Porque pra pai só bastava a gente saber escrever o nome. Pra pai a gente tinha mesmo era que trabalhar pra ajudar. Oxe, pra ele escola não dava futuro não. [...] Meu irmão já fala que a culpa, culpa não né, mas a gente tem **essa vida que a gente**

tem hoje, grande parte foi por causa de pai que não deixava a gente estudar e só trabalhando na roça.

E em casa de família, você começou a trabalhar com quantos anos?

— Com 12, foi quando eu vim morar aqui na Cidade Nova, na casa de D. Hilda, que ela foi lá em casa pra pedir pra pai pra me trazer pra aqui pra Feira né? Ela dizia que era para cuidar de mim, mas eu parecia mais que era escrava dela, porque eu fazia tudo dentro daquela casa e ela não me pagava um centavo! [...] E ainda me botava pra comer o resto da comida dos filhos dela. Oh, fia, depois que eu descobri, eu também não comi mais.

Através das experiências de Laudelina, podemos inferir que a existe uma relação conflituosa entre trabalho e escola que tem início na infância da trabalhadora doméstica, quando as condições de pobreza e a necessidade de colaborar com o sustento da família conduzem meninas para o trabalho informal, tornando-se alvo fácil de práticas de controle e exploração. Uma vez no trabalho doméstico, as práticas de controle e exploração, muitas vezes impedem as meninas e mulheres trabalhadoras domésticas de ingressarem ou retomarem os estudos, o que nos leva a ratificar a idéia mencionada anteriormente que o trabalho exerce funções sociais distintas, quando acolhe os sujeitos para o afastamento da condição de pobreza e impedem o acesso e permanência na escola.

O trabalho doméstico aparece, então, como uma saída para a condição de pobreza, visto que o baixo grau de escolaridade e a faixa etária não são fatores que impossibilitam o cumprimento das tarefas domésticas, ao contrário, tornam-se brechas para a exploração, principalmente quando a empregada doméstica encontra-se longe do núcleo familiar². Porém a inserção no trabalho doméstico precocemente implica o abandono dos estudos. A priorização do trabalho ao estudo reflete o papel secundário da escola diante da necessidade de sobrevivência dessas mulheres.

Vários são os estudos que afirmam ser o serviço doméstico o principal meio de sustento próprio e/ou das famílias pelas mulheres negras e que, por conta disso, há uma reduzida presença dessas mulheres nos bancos escolares, devido à necessidade de priorização do trabalho ao estudo, desde a infância até a fase adulta. A região Nordeste, onde está concentrado o maior contingente negro do país, tem destaque nos dados sobre a disparidade dos estudos referentes a crianças trabalhadoras domésticas, como revela Ana Lúcia Sabóia (2000):

Quando comparadas as meninas trabalhadoras domésticas com as demais meninas trabalhadoras, nota-se uma situação de frequência escolar nitidamente desvantajosa para as primeiras. Enquanto 32,8% daquelas no serviço doméstico não estudam, entre as outras trabalhadoras o percentual baixa para 17,6%. Este quadro repete-se em todas as regiões do país. Os maiores diferenciais são encontrados na região Nordeste, onde 39,2% das meninas trabalhadoras domésticas não estudam e 15,3% das outras meninas trabalhadoras encontram-se em situação similar. É importante destacar ainda que apenas 7% das meninas entre 10 e 16 anos fora do mercado de trabalho não freqüentam a escola. Portanto, a frequência escolar é pior para as meninas empregadas domésticas do que para as demais meninas trabalhadoras e para as meninas que não trabalham. (p.13)

O trabalho doméstico se demonstra um grande empecilho para a entrada ou o retorno aos estudos por parte das empregadas. Seja pela elevada carga horária diária, seja pela imposição dos patrões ou a dificuldade em conciliar trabalho, família e estudo, as empregadas domésticas fazem parte do grande número de meninas e mulheres com baixo índice de escolaridade.

A seguridade social das trabalhadoras domésticas encontra-se bastante comprometida com a crescente desregulamentação do trabalho, a perda da sua razão social, e o afastamento da escola de sua função social de promoção da cidadania e da emancipação social dos indivíduos, ainda que não possa ser entendida como único meio de transformação da sociedade.

Surge a ambigüidade na função social do trabalho doméstico: ora ele é percebido como uma saída para a condição de pobreza, ora é entendido como um empecilho para a mobilidade social, já que cria barreiras contra o exercício da cidadania, através da educação escolar. A escola é vista pelas trabalhadoras domésticas como um importante e, talvez, o único meio de mobilidade social³. Entretanto a função social da escola de promoção da cidadania é posta em segundo plano diante da mercantilização do saber e da certificação que toma conta da escola e do mercado de trabalho contemporâneo mundialmente. Segundo Lyotard:

Nesta transformação geral, a natureza do saber não permanece intacta. Ele não pode se submeter aos novos canais, e tornar-se operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em quantidades de

informação.[...]Sabe-se que o saber tornou-se nos últimos decênios a principal força de produção, que já modificou sensivelmente a composição das populações ativas nos países mais desenvolvidos e constitui o principal ponto de estrangulamento para os países em vias de desenvolvimento. Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante na competição mundial pelo poder. (1993: p. 4-5)

A partir da mercantilização do saber e da crescente onda de redução da função da escola à certificação, as trabalhadoras domésticas que recorrem à escola, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos, encontram ainda mais obstáculos para sua mobilidade social.

É importante ressaltar que, por mais que a escola seja reconhecida como instrumento de emancipação, há fortes barreiras dentro do próprio espaço escolar, que impedem o acesso e permanência das empregadas domésticas aos estudos, assim como há fortes barreiras também fora da escola que dificultam a ascensão da população negra e pobre. Mesmo com todas estas expectativas, a escola ainda permanece com a função de alienar seus sujeitos a favor das classes dominantes, criando falsas consciências, portanto, formando uma falsa identidade nesses indivíduos. Marco Aurélio Luz resalta o poder da escola na divulgação dos valores eurocêntricos em detrimento da própria diversidade de identidade do país:

O sistema de ensino que foi implantado e desenvolvido nesses países [ex-colonizados e de Terceiro Mundo] em geral é uma herança do colonizador e, como tal, se constitui num aparelho ideológico do Estado, voltado para reproduzir e divulgar os valores evolucionistas, etnocêntricos ou eurocêntricos [...] caracterizando-se como sério obstáculo para uma verdadeira identidade e profunda independência nacional (1995, p.9).

Não pretendo me ater à discussão sobre a formação de identidades a partir da escola, mas deve-se ressaltar o papel da escola na emancipação de seus sujeitos e toda emancipação necessita uma identidade construída positivamente, porém a escola vem atuando na destruição identitária de seus educandos, principalmente através dos currículos escolares. A ideologia que os currículos escolares expande, por ser hegemônica na sociedade, passa a constituir-se na realidade social para os diversos segmentos, que interiorizam profundamente os princípios que norteiam a ordem social existente, como a desigualdade social e a aparente estabilidade social e ideológica. (SILVA, 2004: p.42).

A partir do diálogo entre vários autores como Ana Célia da Silva, Marco Aurélio Luz, Pierre Bourdieu busca-se destacar este papel da escola, mas também sua responsabilidade social diante das expectativas de ascensão social, entendendo ascensão enquanto conquista e efetivação da cidadania antes negada. A partir disso, é necessária a transformação dos paradigmas eurocêntricos que permeiam o espaço escolar, suas estruturas e relações de ideologias de recalque, fortalecendo estereótipos e destruindo o que há de humano e peculiar em cada sujeito, principalmente das camadas populares.

A educação escolar é o alvo dessas relações de prolongação neocolonial, sufocando de modo perverso o direito à expressão civilizatória de muitos territórios. O que constatamos é a saturação e implosão desse modo de existência urbano-industrial, submetido à racionalidade de retórica e jurídica da pedagogia escolar, dos meios de comunicação, dos serviços públicos e privados, enfim, de toda uma rotina burocrática[...]. (LUZ, 1995: p.349)

A escola exerce, portanto, função de perpetuação da ideologia eurocêntrica e cultura dominante, transformando as desigualdades sociais em desigualdades naturais através do capital cultural. Sobre as ideologias dominantes, Bourdieu afirma que:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (2009: p.10)

Conseqüentemente, as estruturas da escola devem ser repensadas e reformuladas, buscando se adequar às necessidades reais dos sujeitos que têm os estudos como um importante instrumento de libertação e conscientização. Pensar numa escola que rompa com os paradigmas racistas e com sua função de promover ainda mais as

desigualdades sociais é um passo importante para a construção da cidadania das mulheres pobres e negras.

É papel da escola a garantia de garantir uma educação que contemple as peculiaridades de seus sujeitos, proporcionando uma educação de qualidade voltada para a formação de aprendizagens, competências e habilidades adequadas às reais necessidades desses indivíduos, principalmente no que se refere às mulheres e homens trabalhadores que sofrem grandes dificuldades para ter condições de acesso e permanência nos bancos escolares das turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Citando as idéias de Paulo Freire para concluir aqui, e dar segmento adiante, a esta breve análise sobre o papel da escola diante das demandas da Contemporaneidade:

Esta é uma das tarefas fundamentais da educação popular de corte progressista, a de inserir os grupos populares no movimento do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico, mais além do “penso que é”, em torno do mundo e de si no mundo e com ele. Este movimento de superação do senso comum implica uma diferente compreensão da História. Implica entendê-la e vivê-la, como tempo de possibilidade, o que significa a recusa a qualquer explicação determinista, fatalista da História. Nem o fatalismo que entende o futuro como a repetição quase inalterada do presente nem o fatalismo que percebe o futuro como algo pré-dado. Mas o tempo histórico sendo feito por nós e refazendo-nos enquanto fazedores dele. Daí que a Educação Popular, praticando-se num tempo-espço de possibilidade, por sujeitos conscientes ou virando conscientes disto, não possa prescindir do *sonho*.

Dessa forma, cabe a reflexão sobre o papel que a escola, especialmente a Educação de Jovens e Adultos, contemplada na fala de Freire pela Educação Popular, se atua enquanto instrumento de controle social e perpetuação de uma educação bancária e eurocêntrica ou se atua como mecanismo de alcance da emancipação dos sujeitos.

É preciso, portanto, transformar as forças controladoras da escola em forças emancipatórias, que vise à construção de uma nova ordem social com base no aniquilamento das ideologias da classe dominante branca e masculina. A escola deve corresponder às expectativas de seus sujeitos, que buscam nos estudos, portas de saída

da pobreza e da subalternidade e portas de entrada para a cidadania e o convívio numa sociedade mais justa igualitária.

Para isto, é preciso antes de tudo pensar numa nova sociedade que não se fortaleça com os antagonismos de raça, classe e gênero e demais desigualdades. Formando sujeitos críticos a escola forma também sujeitos conscientes de sua realidade e capazes de transformá-la, para assim proporcionar cidadania para todos os seus indivíduos.

A escola tem uma grande responsabilidade para a ascensão social das empregadas domésticas, porém não pode ser vista como o único e exclusivo instrumento de combate à pobreza e a todas as formas de exclusão social, sendo que existem diversos fatores e poderes que impelem a parcela pobre negra feminina para a condição de opressão e subalternidade. Portanto a escola não pode proporcionar mudanças espetaculares na sociedade, mas tem o grande poder de possibilitar que os seus sujeitos aprendam a transformá-la.

¹Gostaria de dizer que, após ter participado da pesquisa, Laudelina retornou aos estudos e agora está perto de concluir o Ensino Médio.

² Como é o caso de muitas empregadas domésticas nas grandes cidades que saíram do interior ainda na infância para ajudar a família. Muitas vezes, essas meninas trabalhavam em outras cidades, enquanto suas famílias permaneciam no interior, como Laudelina que veio trabalhar em Feira de Santana e sua família ficou em Jacobina; ou Creuza, que deixou sua mãe em São Gonçalo e foi trabalhar em Salvador. Ambas participantes da pesquisa monográfica.

³ Esta afirmação faz parte do resultado da Monografia (TCC) intitulada *O significado social da escola para as mulheres negras – o caso das empregadas domésticas* que buscou entender a percepção das trabalhadoras domésticas sobre o papel da escola. A metodologia utilizada baseou-se na História Oral por possibilitar a inserção das histórias de vida das trabalhadoras na análise da Educação e Trabalho na Contemporaneidade.

Referências

- BRASIL. Trabalho Doméstico e Igualdade de Gênero e Raça: desafios para promover o Trabalho Decente no Brasil. Organização Internacional do Trabalho: 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRITO, Benilda Regina Paiva de. *Mulher Negra e Pobre: a tripla discriminação. Teoria e Debate*, Belo Horizonte. Sociedade, nº36, p.19 – 23, out/nov/dez, 1997.
- CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sá (orgs.) Trabalho e Desigualdades Raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. Salvador: Annablume, A cor da Bahia, 1998.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. Estudos e Pesquisas. Ano II , nº 14 – nov. 2005. Disponível em: < http://www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005_mulhernegra.pdf > Acesso em 19.09.2008.
- FACEIRA, Lobelia da Silva. Educação: uma alternativa para a superação da pobreza? In: Universidade e Sociedade. Intelectuais Militantes dos 20 anos do Movimento Docente. Ano X, n 23. Fev. 2001, p. 165-172.
- FREIRE, Paulo. *Educação de Adultos: algumas reflexões*. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (orgs.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2010.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. *Negros e Educação no Brasil*. In: LOPES, Eliane Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição
- LUZ, Marco Aurélio. Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA: Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução: Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. MULHERES NEGRAS, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO. Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales. Disponível em < bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/pesqui/delcele.rtf > Acesso em 13.12.2007.
- SABÓIA, Ana Lúcia. As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica. Organização Internacional do Trabalho. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2000.
- SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador 1900/1950. Mestrado em História, faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1998.
- SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SOARES, Cecília C. Moreira. Mulher Negra na Bahia no Século XIX. Salvador: EDUNEB, 2006.